

Governo quer acabar com três ministérios

Proposta consta dos estudos da reforma administrativa que prevê ainda a fusão de mais três ministérios e descentralização de 26 órgãos federais

BEATRIZ ABREU
e SANDRA SATO



BRASÍLIA — A extinção de três ministérios, fusão de outros três e a descentralização de 26 órgãos federais constam do estudo preliminar da reforma administrativa, que deverá ser apresentado ao presidente Itamar Franco na quarta-feira. Neste mesmo dia, poderá ser criada a Agência Nacional de Descentralização, um ministério provisório que se encarregará de fazer a reforma administrativa em dois anos.

Os mais prováveis candidatos à extinção são os ministérios da Integração Regional e o do Bem-Estar Social, alvos de frequentes denúncias de corrupção. Entre os cotados para a fusão estão os ministérios do Planejamento, que

PRESIDENTE
DEVE RECEBER
OS ESTUDOS
QUARTA-FEIRA

voltaria para a Fazenda, e da Cultura, que seria absorvido pela Educação. Já a descentralização de órgãos servirá para transferir aos estados e municípios tarefas de responsabilidade da União. Hoje, por exemplo, a Linha Vermelha no Rio de Janeiro é financiada pelo governo federal. Com a reforma administrativa, passaria para o governo estadual.

Os ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o da Secretaria de Administração, Romildo Canhim, e o ministro interino do Planejamento, Raul Jungman, fizeram ontem a primeira reunião para discutir a reforma e a criação da agência. Jungman defendeu a nomeação de um ministro



Freire: negociando o ajuste

para a nova agência, para não sobrecarregar os ministros da área econômica.

Ajuste fiscal — O governo aceita negociar as medidas de aumento de imposto no ajuste fiscal, desde que o Congresso assegure o equilíbrio do orçamento do próximo ano, admitiu ontem o líder na Câ-



Canhim: discutindo a reforma

mara, Roberto Freire. Ele almoçou com os ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o do Planejamento, Raul Jungmann. No almoço, eles acertaram a estratégia de negociação das medidas do ajuste fiscal.

“O governo está aberto às negociações mas não abre mão do equilíbrio orçamentário”, disse Freire.